



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
 PRSTM/SECIN/COAVO/SEACO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUARTO TRIMESTRE DE 2018

1.0 - Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as instruções descritas no [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público \(MCASP\) - 7ª edição](#) (Portaria Conjunta das Secretarias do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) nº [2/2016](#) e Portaria da STN nº [840/2016](#)), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), consoante a Portaria da STN nº [510/2016](#), os dispositivos constantes da [Lei nº 4.320/1964](#) e da Lei Complementar nº [101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis. As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*) foram utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União (JMU), abaixo relacionadas, e compoem o processo de Contas do Governo a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Unidades Gestoras		Localização
060001	STM	Brasília/DF
060002	8ª CJM	Belém/PA
060003	10ª CJM	Fortaleza/CE
060004	7ª CJM	Recife/PE
060005	6ª CJM	Salvador/BA
060006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007	9ª CJM	Campo Grande/MS
060017	5ª CJM	Curitiba/PR
060018	1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019	2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
060020	3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021	12ª CJM	Manaus/AM
060025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027	Setorial Contábil	Brasília/DF
060028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o quarto trimestre de 2018.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e a mutação do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das unidades gestoras integrantes desta Justiça Especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF) e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

2.0 Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo PCASP que nortearam a elaboração das Notas Explicativas.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- créditos tributários;
- créditos não tributários;
- dívida ativa;
- transferências concedidas;
- empréstimos e financiamentos concedidos;
- adiantamentos e
- valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo de aquisição.

3.0 Composição dos Principais Itens das Demonstrações

3.1 Balanço Patrimonial

Nota 01 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores

disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Observa-se que o Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, no valor de R\$ 46.429 mil em 31/12/2018, refere-se aos valores disponíveis para transferências e liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 46.229 mil - e depósitos e cauções recebidos – R\$ 200 mil alocados na fonte de recursos 190.

Tabela 01 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

			R\$ milhares
Identificação da Disponibilidade de Caixa	2018	2017	Variação
Fonte 156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	365	371	(6)
Fonte 169 - Contribuição Patronal P/Pano de Segurid. Soc.Serv.	11	201	(190)
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	2.468	2.831	(363)
Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	4.675	1.671	3.003
Fonte 188 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	0	1.777	(1.777)
Fonte 190 - Recursos Diversos	200	243	(43)
Total dos Recursos Vinculados	7.718	7.094	624
Fonte 100 - Recursos Ordinários	38.710	44.297	(5.587)
Total de Recursos Não Vinculados	38.710	44.297	(5.587)
Total da Disponibilidade de Caixa	46.429	51.391	(4.962)

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Nota 02 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal (DIPES), por meio do Sistema de Recursos Humanos (SRH), utilizado na elaboração da folha de pagamento.

Tabela 02 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

			R\$ milhares
	2018	2017	Variação
Adiantamentos concedidos a pessoal	5.341	5.084	257
- 13º salário	2.511	2.355	156
- 1/3 de férias	2.152	2.118	34
- Salários e ordenados	678	611	67
Suprimento de fundos	1	-	1
Total	5.342	5.084	258

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Nota 03 – Ativo Circulante – Estoques

Em 31/12/2018, a JMU possuía o montante de R\$ 899 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação.

As Unidades Gestoras da JMU, à exceção do Superior Tribunal Militar (STM) - UG 060001, não registram em estoque os itens de almoxarifado e material de consumo, tendo em vista sua baixa materialidade, quantidade e relevância, comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas diretamente em contas de Variação Patrimonial Diminutiva como consumo imediato.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo. A política contábil de avaliação adotada até outubro/2018 era o método PEPS - primeiro a entrar e primeiro a sair. Contudo, a partir de novembro/2018, o critério contábil foi modificado para preço médio ponderado, em consonância com as exigências da [Lei nº 4.320/1964](#) e em virtude da implantação de novo Sistema de Controle Patrimonial na JMU, o Sistema de Gestão Administrativa (GEAFIN), desenvolvido e cedido pelo TRF da 4ª Região.

Nota 04 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 31/12/2018 foi registrado o valor de R\$ 336 mil referente às contribuições patronais antecipadas à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp-Jud), realizadas em 27/11/2013, bem como a respectiva atualização monetária, no valor de R\$ 117 mil. Trata-se de aporte inicial realizado pelos órgãos patrocinadores quando da criação da Funpresp-Jud, a título de contribuições futuras. Tais valores serão atualizados mensalmente pelo IPCA, devendo ser compensados a partir do ano subsequente ao ano em que o plano atingir o Ponto de Equilíbrio Operacional.

Compõem, ainda, o saldo dos Demais Créditos, os valores referentes aos depósitos judiciais efetuados (R\$ 46 mil).

Tabela 03 – Demais créditos e valores a longo prazo – Composição

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp Jud	453	-	453
- Aporte inicial	336	-	336
- Correção monetária	117	-	117
Depósitos judiciais	46	46	-
Total	499	46	453

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Nota 05 – Ativo Não Circulante – Imobilizado

A avaliação e a mensuração do ativo imobilizado da JMU têm como base o valor de aquisição ou construção. As inclusões de eventuais gastos adicionais ou complementares não estão sendo realizadas, pois o Sistema de Controle Patrimonial (LICIMAP) não permite a alteração de valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil.

Em relação aos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010, não foram

realizadas reavaliações e contabilizações dos ajustes ao valor de mercado. Em 2012, foi constituída uma Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial (COPAP), cujos processos de mensuração encontram-se pendentes de homologação, para posterior registro no LICIMAP e respectivos lançamentos contábeis.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do ativo imobilizado.

A depreciação é calculada pelo método linear (sistema de cotas constantes), e o prazo de vida útil e o valor residual foram estabelecidos de acordo com a seguinte tabela, padronizada pela Macrofunção SIAFI 02.03.30:

Tabela 04 – Tabela de Depreciação da JMU

Título	Vida útil (anos)	Valor residual (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hospitalares	15	20%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
Máquinas e Equipamentos Industriais	20	10%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	5	10%
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Filmotecas	5	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
Obras de Arte e Peças para Exposição	0	0%
Veículos em Geral	15	10%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Fonte: Macrofunção Siafi 02.03.30

Nota 06 – Ativo Não Circulante – Bens móveis e depreciação

Em 31/12/2018 a JMU possuía o montante de R\$ 39.066 mil em bens móveis (R\$ 36.095 mil em 31/12/2017), sendo R\$ 61.710 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 54.929 mil em 31/12/2017), dos quais se deduz o valor de R\$ 22.644 mil relativo à depreciação acumulada (R\$ 18.833 mil em 31/12/2017).

O acréscimo de R\$ 6.781 mil no custo de aquisição de bens móveis refere-se à

incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

Tabela 05 – Composição da Variação dos Bens Móveis

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.534	9.264	270
Bens de Informática	22.289	18.256	4.027
Móveis e Utensílios	14.246	12.854	1.393
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.360	3.046	313
Veículos	11.104	8.114	2.990
Bens Móveis em Almoarifado	77	2.410	(2.326)
Demais Bens Móveis	1.100	985	115
Total	61.710	54.929	6.781

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Em dezembro de 2017 devido à implantação do Processo Judicial Eletrônico (e-Proc) cerca de 70% de microcomputadores e equipamentos de redes foram adquiridos para substituição dos existentes. Os referidos bens ficaram em almoarifado, e foram distribuídos no exercício financeiro de 2018, impactando numa variação negativa de R\$ -2.300 mil no Almoarifado e aumento de Bens de Informática no mesmo valor. Somadas as novas aquisições para o e-Proc, tem-se a variação de R\$ 1.700 mil resultante da aquisição de equipamentos para vídeo conferência e ensino à distância.

A renovação da frota de veículos de transporte institucional dos Magistrados das Unidades Gestoras da JMU, no exercício de 2018, ocasionou um aumento de R\$ 2.990 mil.

Nota 07 - Ativo Não Circulante – Bens imóveis e depreciação

Refere-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a realização das atividades da JMU, bem como imóveis funcionais para utilização por servidores e magistrados, compostos pelos seguintes itens:

Tabela 06 – Bens Imóveis - Composição

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Edifícios Registrados no SPIUNET	51.459	48.131	3.328
Imóveis Residenciais / Comerciais	33.841	34.054	(213)
Obras em Andamento	20.006	19.886	120
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1.452	1.443	9
Instalações	849	843	6
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	85	85	--
Subtotal	112.253	109.003	3.250
Depreciação Acumulada	(5.002)	(3.424)	(1.578)
Total	107.251	105.579	(1.672)

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

A variação de R\$ 3.328 mil refere se à reavaliação de imóvel da UG 060006 - Auditoria da 4ª CJM, bem como a incorporação e baixa de imóveis na UG 0600020 - Auditoria da 3ª da 3ª CJM, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 07 - Edifícios registrados no SPIUNET - Variação

R\$ milhares

Histórico	Valor	RIP do imóvel
Reavaliação	956	4733000605002
Incorporação	3.123	8841001465009
Baixa	(751)	8841000725007
Total	3.328	--

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 08 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os softwares adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso, bem como aplicativos desenvolvidos internamente, para utilização do Órgão, conforme o Procedimento SIAFI 02.11.30 – Despesas com TI.

A amortização dos itens registrados no Ativo Intangível não está sendo registrada, em virtude da inviabilidade técnica do Sistema de Controle Patrimonial existente no Órgão, o LICIMAP. Com o objetivo de sanar tal ressalva, a Secretaria de Controle Interno (SECIN) demandou à Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN) e à Diretoria de Administração (DIRAD) a aquisição ou desenvolvimento interno de um Sistema de Controle Patrimonial que permita o controle, acompanhamento e mensuração dos valores dos bens intangíveis passíveis de amortização.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do GEAFIN, desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do intangível.

Tabela 08 – Ativo Intangível - Composição

R\$ milhares

	2018	2017	Variação
Softwares	5.497	5.159	338
- Softwares com vida útil definida	5.481	5.143	338
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	--
Marcas, direitos e patentes industriais	226	227	(1)
Total	5.723	5.386	337

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 09 – Passivo Circulante**Tabela 09 - Passivo Circulante - Composição**

R\$ milhares

Passivo Circulante	2018	2017	Variação
Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	360	2.666	(2.306)
Fornecedores e Contas a Pagar	138	75	63
Provisões	--	10	(10)
Demais Obrigações	446	414	32
Total	944	3.165	(2.221)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Em 31/12/2018, valores de adiantamentos e provisões da folha de pagamento reconhecidos pela JMU e contabilizados em 2018, no valor de R\$ 4.118 mil, foram ajustados. Evidencia-se, no momento, o saldo de R\$ 360 mil em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo.

O sistema de administração de pessoal utilizado pela JMU não está preparado para calcular as provisões da folha de pagamento, sendo sua mensuração e registro efetuados à base de 1/12 da estimativa anual da Folha de Pessoal do Órgão.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Recursos Humanos (SERH), desenvolvido e de propriedade do TRF-4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

Nota 10 - Passivo não Circulante – Provisões de longo prazo

No âmbito da JMU, estão registrados os passivos decorrentes de decisões administrativas referentes a despesas com pessoal. Esses passivos, reconhecidos pela entidade como provisões para perdas judiciais e administrativas de longo prazo até 31/12/2017, totalizavam o valor de R\$ 305.655 mil.

Em 2018, as provisões de longo prazo foram impactadas com uma variação de R\$ 26.140 mil. Tal variação é resultante das atualizações monetárias e recálculos dos valores de passivos em virtude de decisão definitiva do Complemento do PAE, além da inclusão e pagamento de novos passivos.

Tabela 10 - Passivo não Circulante – Provisões de longo prazo

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
VPI (13,23%)	219.879	219.879	--
Complemento PAE	16.123	27.403	11.280
VPNI – Quintos	25.622	25.622	--
ATS Magistrados	287	287	--
URV (11,98%)	5.349	5.349	--
Abono Variável - Magistrados	562	562	--
Outros Passivos	11.693	26.553	14.860
TOTAL	279.515	305.655	26.140

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 11 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A JMU possuía, em 31/12/2018, resultados acumulados (déficit) no valor de R\$ 75.123 mil, compostos pela soma do resultado do exercício de 2018 (R\$ 346 mil) com o resultado do exercício anterior negativo (déficit de R\$ 104.313 mil no exercício 2017), somados ao ajuste de

exercícios anteriores no valor de R\$ 28.844 mil.

A conta de ajustes de exercícios anteriores no exercício aumentou significativamente em relação ao exercício anterior, de R\$ (2.388 mil) para R\$ 28.844 mil, devido, necessariamente, ao ajuste em Provisões de Longo Prazo no valor de R\$ 26.140 mil, de acordo com a Nota 10 - Passivo não Circulante - Provisões de longo prazo

Tabela 11 - Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Resultado do Exercício	346	14.806	(14.460)
Resultados de Exercícios Anteriores	(104.313)	(116.731)	12.418
Ajustes de Exercícios Anteriores	28.844	(2.388)	31.232
Total	(75.123)	(104.313)	29.190

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 12 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU no exercício de 2018 foi de R\$ 346 mil, representando redução de R\$ 14.460 mil (-97,66%) em relação ao mesmo período de 2017 (superávit de R\$ 14.806 mil), conforme tabela a seguir.

Tabela 12 – Resultado Patrimonial

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.063.544	1.036.279	27.265
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.063.198	1.021.473	41.725
Resultado Patrimonial do Período	346	14.806	(14.460)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Conforme demonstrado na tabela seguinte, os principais motivos para a redução do resultado patrimonial foram maiores acréscimos das despesas com benefícios previdenciários e assistenciais (R\$ 25.925 mil), despesas com pessoal e encargos (R\$ 6.959 mil), transferências e delegações concedidas (R\$ 9.106 mil) e uso de bens, serviços e consumo de capital fixo (R\$ 5.477 mil), em relação aos acréscimos das receitas de transferências e delegações recebidas (R\$ 19.755 mil), exploração e venda de bens, serviços e direitos (R\$ 5.994 mil) e da valorização e ganhos com ativos (R\$ 1.668 mil), bem como à redução da desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos (R\$ 5.666 mil).

Tabela 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

	R\$ milhares		
Variações Patrimoniais Aumentativas	2018	2017	Varição

Transferências e delegações recebidas	1.053.991	1.034.236	19.755
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	6.233	239	5.994
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	1.675	7	1.668
Contribuições	1.084	1.090	(6)
Outras variações patrimoniais aumentativas	545	707	(162)
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	17	-	17
TOTAL	1.063.545	1.036.279	27.266
Variações Patrimoniais Diminutivas	2018	2017	Variação
Transferências e delegações concedidas	529.737	520.631	9.106
Pessoal e encargos	220.610	213.651	6.959
Benefícios previdenciários e assistenciais	224.192	198.267	25.925
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	86.705	81.228	5.477
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	1.005	6.671	(5.666)
Tributárias	259	258	1
Outras variações patrimoniais diminutivas	577	724	(147)
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	113	43	70
TOTAL	1.063.198	1.021.473	41.725
Resultado Patrimonial do Período	346	14.806	(14.460)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 13 - Variação Patrimonial Aumentativa – Contribuições

Refere-se às contribuições destinadas ao custeio de pensões militares, decorrentes de descontos mensais obrigatórios na folha de pagamento de militares cedidos à JMU, à alíquota de 7,5%. Essas contribuições são repassadas ao Ministério da Defesa, Órgão do Governo Federal responsável pela direção superior das Forças Armadas, não tendo impacto no resultado patrimonial da JMU.

Nota 14 – Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Os valores relativos ao exercício 2018 são oriundos, principalmente, das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário da JMU.

Tabela 14 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.233	239	5.994
Total	6.233	239	5.994

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 15 – Variação Patrimonial Aumentativa – Transferências e Delegações Recebidas**Tabela 15 – Transferências e Delegações Recebidas**

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Cota Recebida	522.495	516.725	19.129
Sub Repasse Recebido	520.108	516.705	9.790
Movimentações de VPA	4.100	63	4.037
Transf. Recebidas p/ Pagto de Restos a Pagar	1.777	56	1.721
Doações/Transferências Recebidas	5.466	687	(595)
Sub Repasse Devolvido	44	--	44
Repasse Recebido	1	--	1
Total	1.053.991	1.034.236	19.755

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Os valores relativos à Cota Recebida são decorrentes das transferências financeiras realizadas pela STN para a JMU, com o intuito da realização das suas atividades. Posteriormente, esses valores são objetos de transferências internas para as diversas Unidades Gestoras da JMU, classificados como Sub Repasse Recebido. Dessa forma, ocorre a duplicidade na informação, pois os valores recebidos como Sub Repasse estão contidos na Cota Recebida pelo Órgão.

Os valores relativos a Movimentações de VPA referem-se a reclassificações de pagamentos entre notas de empenho de exercícios diferentes.

Nota 16 – Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2018 foi reconhecida a valorização de imóveis de uso especial no Spiunet no montante de R\$ 1.600 mil, decorrente de reavaliações para fins de alienação de imóvel funcional (R\$ 357 mil) e transferência entre Unidades Gestoras da JMU (R\$ 1.243 mil).

Foram auferidos, ainda, ganhos no valor de R\$ 56 mil relativos ao reconhecimento de ativos, principalmente em decorrência da incorporação de bens utilizados em reforma de apartamentos funcionais e de bens móveis doados pela Marinha do Brasil.

Nota 17 – Variação Patrimonial Aumentativa – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Refere-se a restituições e indenizações reconhecidas como receitas pela JMU, decorrentes de aplicação de multas, bem como valores devolvidos por servidores por motivos de cessão, redistribuição, alteração do período de férias, posse em cargo inacumulável, óbito, diárias não utilizadas etc.

Nota 18 – Variação Patrimonial Diminutiva – Pessoal e Encargos**Tabela 16 – Pessoal e Encargos Sociais**

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Remuneração a Pessoal	172.799	166.934	5.865

Encargos Patronais	30.838	30.005	833
Benefícios a Pessoal	16.359	16.452	(93)
Outras VPD – Pessoal e Encargos	613	260	353
TOTAL	220.609	213.651	6.958

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

O aumento das despesas de Remuneração a Pessoal, composto, principalmente, pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial, decorreu, em especial, da implantação parcelada do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela [Lei nº 13.317/2016](#).

O referido aumento causa reflexo também nos benefícios de aposentadorias e reformas, conforme Nota 19 – Variação Patrimonial Diminutiva - Benefícios Previdenciários e Assistenciais, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos, a que tem direito os agentes públicos empossados até 2004.

Nota 19 – Variação Patrimonial Diminutiva – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Tabela 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Aposentadorias e Reformas	134.985	119.671	15.314
Pensões	89.018	78.308	10.710
Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	188	288	(100)
TOTAL	224.191	198.267	25.924

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 20 – Variação Patrimonial Diminutiva – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Tabela 18– Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Uso de material de consumo	77.629	72.289	5.340
Serviços	5.422	6.201	(779)
Depreciação	3.654	2.737	917
TOTAL	86.705	81.227	5.478

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Compreende as despesas com manutenção e operação da máquina pública realizadas para o funcionamento da JMU, tais como: serviços administrativos, vigilância, limpeza, água, energia elétrica, diárias, material de consumo, passagens e despesas com hospedagens e locomoção, depreciação de bens móveis e imóveis etc.

Nota 21 – Variação Patrimonial Diminutiva – Transferências e Delegações Concedidas

Tabela 19 – Transferências e Delegações Concedidas

R\$ milhares

	2018	2017	Variação
Sub Repasse Concedido	520.108	516.705	3.403
Outras Transferências e Doações Concedidas	3.114	692	2.422
Devolução de Diferido (cota e sub-repasse)	2.054	--	2.054
Transf. Concedidas p/ Pagto de Restos a Pagar	1.777	--	1.777
Repasse Concedido	1.237	900	337
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.143	1.443	(300)
Movimentações de VPD	232	--	232
Doações/Transferências Concedidas	72	891	(819)
Total	529.737	520.631	9.106

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 22 – Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

No exercício de 2018 foi realizada a alienação de um imóvel funcional pelo valor de R\$ 570 mil, relativo ao valor patrimonial acrescido da valorização descrita na Nota 16 - Variação Patrimonial Aumentativa - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. Foram, ainda, realizadas baixas de bens patrimoniais de bens inservíveis no valor de R\$ 100 mil.

No exercício de 2017 houve o registro de Perdas Involuntárias de Bens Móveis no valor de R\$ 1.435 mil, decorrentes, principalmente, da baixa de veículos usados em virtude de sua permuta por novos veículos de representação para transporte de membros do STM (bens dados como parte do pagamento). Ocorreu, ainda, a Incorporação de Passivos no valor de R\$ 5.099 mil, decorrente da atualização monetária das provisões para perdas judiciais/administrativas.

Tabela 20 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	2018	2017	Variação
Desincorporação de Ativos	682	137	545
Reavaliação de Bens Imóveis	287	--	287
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	36	1.435	(1.399)
Incorporação de Passivos	--	5.099	(5.099)
TOTAL	1.005	6.671	(5.666)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

3.3 - Balanço Orçamentário

Nota 23 - Previsão Inicial e Dotação Inicial

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da Justiça Militar da União apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União, sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União através de descentralização financeira provenientes de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional, o que não é evidenciada no Balanço Orçamentário e sim no Balanço Financeiro.

Tabela 21 – Orçamento Aprovado 2018 – Composição

R\$ milhares

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
Receitas Correntes	362	Despesas Correntes	540.920
Receita Patrimonial	129	Pessoal e Encargos Sociais	426.439
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	Juros e encargos da dívida	--
Receitas de Serviços	4	Outras Despesas Correntes	114.481
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	Despesas de Capital	9.132
Outras Receitas Correntes	229	Investimentos	9.132
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	Inversões Financeiras	--
Total das Receitas	362	Total das Despesas	550.052

Fonte: SIAFI 2018

Nota 24 – Receitas Orçamentárias – Previsão x Execução

A disparidade das receitas de serviços previstas inicialmente (R\$ 4 mil), com o que foi efetivamente arrecadado (R\$ 6.115 mil), deve-se, necessariamente, ao concurso público realizado pela JMU no exercício corrente de 2018.

A arrecadação da receita corrente patrimonial com a exploração do patrimônio da JMU chega a 91% (R\$ 129 mil) em relação à previsão inicial (R\$ 118 mil).

Tabela 22 – Previsão e Execução da Receita Orçamentária

R\$ milhares

Receita	2018			
	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Varição (c-b)
Receitas correntes	362	362	6.622	6.260
Receita Patrimonial	129	129	118	(11)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	129	118	(11)
Receitas de Serviços	4	4	6.115	6.111
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	4	6.115	6.111
Outras Receitas Correntes	229	229	389	160
Multas administrativas, contratuais e Judiciais	--	--	5	5
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	229	384	154
Demais receitas correntes	--	--	1	1
Total das Receitas	362	362	6.622	6.260

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 25 – Despesas Orçamentárias – Execução

A JMU no exercício de 2018 empenhou R\$ 8.792 mil com despesas de capital e R\$ 522.968 mil com despesas correntes. Destas, 81% (R\$ 421.901 mil) referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais e 19% (R\$ 101.067 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades.

No que se refere às despesas de capital, 65% (R\$ 8.792 mil) foram empenhadas, restando um saldo de dotação de 35% (R\$ 4.645 mil), que não foi comprometido com a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Das despesas correntes liquidadas, 99% (R\$ 509.921 mil) foram pagas, enquanto que das despesas de capital liquidadas, 100% foram pagas.

Se comparada a diferença da dotação atualizada total (R\$ 550.052 mil) com o saldo da dotação final (R\$ 18.292 mil), tem-se o valor de (R\$ 531.760 mil), ou seja, (97%) das despesas dotadas na JMU foram executadas (empenhadas) no exercício de 2018.

Tabela 23 – Execução da Despesa Orçamentária

R\$ milhares

Despesa	2018					
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesas Empenhadas (c)	Despesas Liquidadas (d)	Despesas Pagas (e)	Saldo da Dotação (b-c)
Despesas Correntes	540.920	536.615	522.968	510.152	509.921	13.647
Pessoal e Encargos Sociais	426.439	426.439	421.901	417.091	417.061	4.538
Outras Despesas Correntes	114.481	110.176	101.067	93.061	92.860	9.109
Despesas de Capital	9.132	13.437	8.792	6.296	6.296	4.645
Investimentos	9.132	13.437	8.792	6.296	6.296	4.645
Subtotal das Despesas	550.052	550.052	531.760	516.448	516.217	18.292
Total	550.052	550.052	531.760	516.448	516.217	18.292

Fonte: SIAFI 2018

Nota 26 – Execução dos Restos a Pagar - Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2017, 65% fazem referência a despesas com pessoal (R\$ 23.017 mil), 31%, a outras despesas correntes (R\$ 10.967 mil), e 4%, despesas de capital com investimentos (R\$ 1.411 mil).

Foram pagos até o encerramento do exercício de 2018 cerca de 51% (R\$ 18.357 mil) referentes aos restos a pagar inscritos do exercício de 2017.

Até o momento, 49% (R\$ 11.367 mil) dos restos a pagar não processados inscritos no grupo de despesa pessoal e encargos sociais (23.017 mil) foram liquidados e pagos, restando um saldo de R\$ 11.675 mil a ser liquidado e pago até junho de 2019.

Tabela 24 - Restos a Pagar Não processados – Composição 2018

R\$ milhares

Despesa	2018					Saldo
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em Dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	
Despesas Orçamentárias						
Despesas Correntes	788	33.984	17.189	17.189	4.411	13.172
Pessoal e Encargos Sociais	61	23.017	11.367	11.367	36	11.675
Outras Despesas Correntes	727	10.967	5.822	5.822	4.375	1.497
Despesas de Capital	34	1.411	1.168	1.168	45	232
Investimentos	34	1.411	1.168	1.168	45	232
Subtotal das Despesas	822	35.395	18.357	18.357	4.456	13.404
Total	822	35.395	18.357	18.357	4.456	13.404

Fonte: SIAFI 2018

Nota 27 – Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

No tocante aos restos a pagar processados inscritos em 2017 (R\$ 125 mil), 88% fazem referência ao grupo de despesas - outras despesas correntes (R\$ 110 mil) e 12% são relativos ao grupo de despesas - pessoal e encargos sociais (R\$ 15 mil).

Dos valores cancelados no exercício de 2018 (R\$ 30 mil), 50% referem-se a restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores.

Quanto aos valores pagos no exercício de 2018, de restos a pagar processados (R\$ 85 mil), apenas 18%, ou seja, (R\$ 15 mil) referem-se a pagamentos de restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores, o restante, (R\$ 70 mil), que equivale a 82%, relaciona-se a pagamentos de restos a pagar processados inscritos em 2017.

Tabela 25 - Restos a Pagar processados – Composição de 2018

R\$ milhares

Despesa	2018				
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	132	125	85	30	142
Pessoal e Encargos Sociais	-	15	-	-	15
Outras Despesas Correntes	132	110	85	30	127
Despesas De Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	132	125	85	30	142
Total	132	125	85	30	142

Fonte: SIAFI 2018

3.4 – Balanço Financeiro

Nota 28 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária

A descentralização de recursos financeiros ocorre através de cota transferida da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão Central de Programação Financeira da STN, para a Setorial Orçamentária e Financeira, que está localizada na Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) da JMU, que descentraliza os recursos financeiros, recebidos anteriormente sob a forma de cota da COFIN, às Unidades Gestoras executoras por meio de sub-repasse.

O valor da Cota Recebida da COFIN corresponde à R\$ 522.495 mil, sendo que, desse valor, foi repassado, às Unidades Gestoras pertencentes à JMU, o valor de R\$ 520.108 mil, o qual representa aproximadamente 99% do valor da cota recebida da COFIN/STN.

Observa-se que o montante do sub-repasse recebido no valor de R\$ 520.108 mil já está contabilizado dentro da cota recebida (R\$522.495 mil), fazendo com que esse valor seja duplicado quando extraído do Demonstrativo - Balanço Financeiro no SIAFIWEB. Quando verificados os demonstrativos consolidados, constata-se a compensação dessa quantia pelas transferências financeiras concedidas.

O valor das transferências financeiras descentralizadas da COFIN/STN para a JMU, por meio de cota, é maior em R\$ 5.769 mil se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 26 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária

R\$ milhares

	2018	2017	Variação
Resultantes da Execução Orçamentária	1.042.648	1.033.431	9.217
Cota Recebida	522.495	516.726	5.769
Repasse Recebido	1	--	1
Sub-repasse Recebido	520.108	516.705	3.403
Sub-repasse Devolvido	44	--	44
Total	1.042.648	1.033.431	9.217

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 29 - Transferências Financeiras Recebidas Independente da Execução Orçamentária

As Transferências Financeiras Independentes da Execução Orçamentária recebidas para pagamento de Restos a pagar tiveram a variação de R\$ 1.721 mil se comparadas ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 27 - Transferências Financeiras Recebidas Independente da Execução Orçamentária

R\$ milhares

Recebimentos Extraorçamentários	2018	2017	Variação
Independente da Execução Orçamentária	1.777	118	1.659
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.777	56	1721
Movimentação de Saldos Patrimoniais		62	(62)
Total	1.777	118	1.659

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 30 - Recebimentos Extraorçamentários

A inscrição de restos a pagar não processados relativos às despesas empenhadas e não liquidadas até o último dia do exercício financeiro de 2018, sofreu uma diminuição de 57% (R\$ 20.083 mil) se comparado ao exercício financeiro de 2017. Essa contração é outorgada em função dos limites estabelecidos pela EC 95/2016 para execução dos orçamentos anuais que dispõe que os valores inscritos em Restos a Pagar referentes a contratos, serviços e aquisições por Órgão Informativo de Orçamento serão objeto de restrição orçamentária com o bloqueio dos respectivos encargos no Plano de Ação da Unidade em 2019, uma vez que os valores pagos de Restos a Pagar durante o exercício financeiro reduzem os limites para execução da dotação autorizada do exercício.

Dos recebimentos extraorçamentários que totalizam R\$ 20.975 mil, 73% referem-se à inscrição de restos a pagar não processados do exercício de 2018 (R\$ 15.312 mil), 24% a regularização de saldo invertido decorrente de procedimentos de reclassificação de pagamentos entre notas de empenhos de exercícios diferentes classificados como outros recebimentos extraorçamentários (R\$ 5.011 mil) e 3% refere-se à inscrição de restos a pagar processados, depósitos restituíveis e arrecadação de outra unidade das quais a JMU é mera repassadora desses valores.

Tabela 28 - Recebimentos Extraorçamentários

	R\$ milhares		
Recebimentos Extraorçamentários	2018	2017	Varição
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	231	111	120
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	15.312	35.395	(20.083)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	421	309	112
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.011	1.090	3.921
Total	20.975	36.905	(15.930)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 31 – Despesas Orçamentárias Executadas

Do total de Despesas Orçamentárias empenhadas do exercício financeiro de 2018, 85% são referentes às Despesas Ordinárias (R\$ 452.448 mil), que são de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, e que no caso da JMU estão alocadas em gastos com despesas de pessoal, manutenção e investimentos; 15% (R\$ 79.312 mil) representam despesas vinculadas, as quais sua aplicação depende de definição em lei, no caso em pauta referem-se da seguridade social e outras vinculações a órgãos e programas.

Em 2018 as despesas vinculadas com a seguridade social sofreram redução em torno de 62% (R\$ 113.442 mil), este procedimento deve-se ao fato de mudanças na operacionalização do detalhamento da fonte de recursos realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018.

A diminuição de despesas vinculadas impactou o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União aumentando sua Despesa Líquida com Pessoal em 62%. Tal aumento deve-se à redução do repasse de recursos do orçamento de fontes vinculadas (0156 e 0169) e ao aumento de repasse em fonte ordinária (0100) para pagamento de despesas com inativos e o pensionistas. Assim, as despesas com inativos e pensionistas, pagas com recursos ordinários, não podem ser inseridas como despesas não computadas e, conseqüentemente, impactam no aumento do percentual em relação à RCL.

Tabela 29 – Despesas Orçamentárias

					R\$ milhares
Despesas orçamentárias	2018	AV%	2017	AV%	Variação
Ordinárias	452.448	85%	329.687	64%	122.761
Vinculadas	79.312	15%	188.900	36%	(109.588)
Seguridade social (Exceto RGPS)	68.367	86%	181.809	96%	(113.442)
Outros recursos vinculados a Órgãos e Programas	10.945	14%	7.091	4%	3.854
Total	531.760	100%	518.587	100%	13.173

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 32 – Transferências Financeiras Concedidas

Das Transferências Financeiras Concedidas Resultantes da Execução Orçamentária da JMU no exercício financeiro de 2018 o valor de R\$ 520.108 mil corresponde à quantia descentralizada para as unidades gestoras da JMU.

No exercício financeiro de 2018 houve devolução de recursos financeiros diferidos da Setorial de Orçamento e Programação financeira da JMU à Coordenação Geral de Programação Financeira – STN/COFIN no valor de R\$ 2.010 mil através de cota devolvida e de devolução de recursos financeiros internos das Unidades Gestoras da JMU através de Sub-repasse devolvido no valor de R\$ 44 mil.

Dentro do grupo Transferências Financeiras Concedidas independentes de execução orçamentária houve um acréscimos de R\$ 1.477 mil se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 30 – Transferências Financeiras Concedidas

				R\$ milhares
	2018	2017	Variação	
Resultantes da Execução Orçamentária	523.399	517.605	5.794	
Repasse Concedido	1.237	900	337	
Sub-repasse Concedido	520.108	516.705	3.403	
Cota Devolvida	2.010	--	2.010	
Sub-repasse devolvido	44	--	44	
Independentes da Execução Orçamentária	2.920	1.443	1.477	
Total	526.319	519.048	7.271	

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 33 – Despesas extraorçamentárias

O pagamento de restos a pagar não processados no exercício financeiro de 2018 (R\$ 18.357 mil) se comparado ao exercício financeiro anterior (R\$ 9.212 mil) aumentou em R\$ 9.145 mil.

Quanto ao pagamento de restos a pagar processados houve uma diminuição de R\$ 25 mil quando confrontado os exercícios financeiros 2018/2017.

Tabela 31 – Despesas Extraorçamentárias

				R\$ milhares
	2018	2017	Variação	

Pagamento dos restos a pagar processados	85	110	(25)
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18.357	9.212	9.145
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	464	291	173
Total	18.906	9.613	9.293

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

3.5 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Nota 34 – Fluxos de Caixa das Atividades das Operações – Receitas Derivadas e Originárias

No período em pauta a receita patrimonial é de R\$ 3 mil a menor em relação ao mesmo período de 2017, referente à Taxa de uso de Imóvel.

As receitas derivadas e originárias tem sua maior representatividade financeira no grupo da Receita de Serviços totalizando o valor de R\$ 6.115 mil composto principalmente das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso de ingresso na JMU.

Tabela 32 – Receita Patrimonial e de Serviços – Variação 2018

R\$ milhares

Receitas Derivadas e Originárias	2018	2017	Varição
Receita Patrimonial	118	121	(3)
Receita de Serviços	6.115	118	5.997
Total	6.233	239	6.145

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 35 – Das Atividades de Investimento – Desembolsos

Nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento ocorreu um aumento no desembolso de R\$ 3.289 mil se comparado os exercícios financeiros de 2018/2017, principalmente, pelos pagamentos efetuados com despesas de capital no grupo de despesas - investimentos - inscritas em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Tabela 33 – Aquisição de Ativo não Circulante – Variação 2018

R\$ milhares

Desembolsos	2018	2017	Varição
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.125	3.615	3.510
Outros Desembolsos de Investimentos	338	559	(221)
Total	7.463	4.174	3.289

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 36 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 46.429 mil, quando o mesmo período analisado de 2017 foi de R\$ 51.391 mil.

Observa-se que o saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 46.429 mil referente ao exercício de 2018, refere-se aos valores disponíveis para transferências e liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 46.229 mil – e depósitos e cauções recebidos – R\$ 200 mil de acordo com a Nota 01 - Ativo Circulante - Caixa e equivalentes de caixa

Tabela 34 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	(4.963)	24.111	19.148
Caixa e equivalentes de caixa inicial	51.391	27.280	24.111
Caixa e equivalente de caixa final	46.429	51.391	(4.962)
Total	46.429	51.391	38.297

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA

Supervisor Substituto
Técnico Judiciário

BOLIVAR ALVES DOS SANTOS

Analista Judiciário

ÉRICA RAMOS DE ALBUQUERQUE

Supervisora II - SEACO
Contadora Responsável da JMU

1. De acordo.
2. À consideração Superior.

DALILA MELO

Coordenadora da COAVO, em exercício

1. De acordo.
2. Encaminhe-se à Secretaria do Tesouro Nacional - STN e ao Direg para conhecimento e inclusão no Processo Prestação de Contas enviado ao TCU.
3. Publique-se no portal da transparência do STM/JMU.

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA

Secretário de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 29/01/2019, às 14:36 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DALILA MELO, COORDENADOR(A) DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO, em exercício**, em 29/01/2019, às 14:36 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA, TÉCNICO JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 29/01/2019, às 16:28 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BOLIVAR ALVES DOS SANTOS, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 29/01/2019, às 17:19 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ERICA RAMOS DE ALBUQUERQUE, SUPERVISOR(A) DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL**, em 29/01/2019, às 17:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1295289** e o código CRC **32B4F303**.

1295289v185

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF